



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 3

# T

TARDE

## ANALISTA LEGISLATIVO

# TÉCNICA LEGISLATIVA

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- 2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Regimento Interno da Câmara dos Deputados

1

Ana, Deputada Federal, defendeu de forma veemente a necessidade de ser constituída uma comissão especial para examinar determinada proposição legislativa.

Sobre a proposição referida por Ana, à luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ter a natureza jurídica de proposta de emenda à Constituição ou de projeto de código.
- (B) Deve ter a natureza jurídica de proposta de emenda à Constituição, projeto de código ou projeto de lei complementar.
- (C) Será analisada pela comissão especial apenas em relação à sua admissibilidade, o que dispensa a atuação de outras comissões com esse objetivo.
- (D) Pode ter qualquer natureza jurídica, bastando que a mesa entenda relevante a constituição da comissão especial ou haja acordo de lideranças nesse sentido.
- (E) Pode ter a natureza jurídica de projeto de lei ordinária, desde que verse matéria de competência de mais de quatro comissões que devam se pronunciar sobre o mérito.

2

Determinado Ministro de Estado irá comparecer perante o Plenário da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos afetos à sua pasta, o que decorreu de convocação realizada na forma regimental.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sessão plenária será transformada em Comissão Geral.
- (B) O Ministro de Estado será ouvido durante o Grande Expediente.
- (C) O Ministro de Estado será ouvido durante o Pequeno Expediente.
- (D) O Plenário será desocupado e o Ministro de Estado será ouvido em sessão secreta.
- (E) Será convocada uma sessão plenária exclusivamente para ouvir o Ministro de Estado.

3

Maria, Deputada Federal, durante o pequeno expediente, em discurso inflamado, solicitou que uma Bíblia Sagrada fosse colocada sobre a mesa, de modo que todos os parlamentares presentes à sessão “*pudessem inundar suas mentes e corações com o exemplo de justiça e serenidade ali materializado*”.

O Presidente da Câmara dos Deputados decidiu, corretamente, com base no texto do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o pleito de Maria, no sentido de que a Bíblia Sagrada ficasse sobre a mesa, deveria ser

- (A) indeferido, considerando a laicidade do Estado.
- (B) deferido, considerando a existência de permissivo regimental expresso nesse sentido.
- (C) deferido, desde que não haja oposição expressa, por Deputado, partido político ou bloco parlamentar, ao requerimento formulado.
- (D) indeferido, considerando a liberdade de crença de cada Deputado presente à sessão, o que abrange o direito de professar uma fé e o de não professar nenhuma fé.
- (E) indeferido, considerando que as aspirações individuais de Maria não podem ser generalizadas sem expressa aquiescência dos demais Deputados presentes à sessão.

4

Antônia, Deputada Federal, conforme era do conhecimento da generalidade dos parlamentares, estava sendo cotada para exercer a função de Secretária de Transparência.

Considerando a sistemática estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, isso significa dizer que Antônia será escolhida

- (A) pelo Líder da Maioria, tendo mandato de um ano, renovável por mais um ano.
- (B) pela maioria relativa dos Deputados Federais e terá mandato de dois anos, não renovável.
- (C) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, podendo ser substituída a qualquer tempo.
- (D) pela Mesa da Câmara dos Deputados, sendo que o seu mandato se estenderá até o fim da legislatura.
- (E) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, *ad referendum* da Mesa, tendo mandato de dois anos, não renovável.

5

Joana, servidora da Câmara dos Deputados, lotada na Ouvidoria Parlamentar, sugeriu ao Ouvidor que propusesse e supervisionasse a implementação de certas medidas necessárias à melhoria de alguns serviços prestados ao cidadão nessa Casa Legislativa, bem como que realizasse audiências públicas com segmentos da sociedade civil, tendo por objeto uma das referidas temáticas.

O Ouvidor Parlamentar, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, respondeu corretamente que

- (A) iria analisar a conveniência das sugestões apresentadas, já que ambas se ajustavam ao referencial de juridicidade.
- (B) as sugestões apresentadas ultrapassam o juízo de valor do Ouvidor Parlamentar, devendo ser objeto de análise pela Mesa.
- (C) embora possa realizar as audiências públicas sugeridas, o Ouvidor Parlamentar não pode propor e muito menos supervisionar a implementação das medidas sugeridas.
- (D) a funcionalidade básica da Ouvidoria Parlamentar é a de receber e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas, não adotar as medidas sugeridas por Joana.
- (E) a realização de audiências públicas é de competência do Presidente, da Câmara ou de Comissão, temporária ou permanente, mas o Ouvidor Parlamentar pode sugerir as medidas que entenda adequadas, mas não as supervisionar.

6

Chegou ao conhecimento da Ouvidoria Parlamentar notícia de que teriam sido praticadas duas infrações penais nas dependências da Câmara dos Deputados, atribuídas, respectivamente, a João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nessa Casa Legislativa, e a Maria, Deputada Federal.

Sobre a situação descrita, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que

- (A) a notícia deve ser imediatamente encaminhada à Polícia Judiciária e ao Ministério Público para a devida apuração.
- (B) o Delegado-Geral da Polícia da Câmara presidirá os inquéritos destinados a apurar as condutas de João e de Maria, sendo, em relação a Maria, após autorização da Mesa.
- (C) o Diretor de Serviços de Segurança presidirá o inquérito instaurado para apurar a conduta de Maria, e o Corregedor ou Corregedor substituto presidirá o inquérito afeto a João.
- (D) o Corregedor ou Corregedor substituto presidirá o inquérito instaurado para apurar a conduta de João, e o inquérito relacionado a Maria ficará a cargo de comissão temporária instaurada pela Mesa.
- (E) o Delegado-Geral da Polícia da Câmara presidirá o inquérito destinado a apurar a conduta de João, e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, após requisição do Presidente da Câmara, o inquérito afeto a Maria.

7

Um terço dos Deputados Federais requereu a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar alegado desvio de verbas da União na implementação de determinado programa assistencial. Logo após o encaminhamento do requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, um dos parlamentares observou que já existiam cinco CPIs funcionando na Câmara.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que a CPI

- (A) deve ser criada, considerando o número de Deputados Federais que firmou o requerimento.
- (B) deve ser criada, considerando ser de seis o número de CPIs em funcionamento que impediria a criação de nova CPI.
- (C) não pode ser criada, considerando o número de CPIs em funcionamento, vedação que não pode ser excepcionada.
- (D) não pode ser criada, considerando o número de CPIs em funcionamento, salvo mediante projeto de resolução apresentado por um terço dos Deputados Federais.
- (E) não pode ser criada, considerando o número de CPIs em funcionamento, salvo requerimento direcionado ao Plenário e aprovado pela maioria absoluta dos Deputados Federais.

8

Pedro, Deputado Federal, apresentou projeto de lei ordinária no qual buscava disciplinar duas temáticas de competência legislativa privativa da União, quais sejam, a forma de exploração de recursos minerais e as garantias cambiais a serem ofertadas em operações de comércio exterior.

Ao receber a proposição, o Presidente da Câmara dos Deputados observou corretamente, à luz do Regimento Interno, que, em relação à diversidade de matérias, o projeto deve

- (A) ser rejeitado liminarmente pelo Presidente.
- (B) ter sua tramitação assegurada porque não apresenta qualquer irregularidade, considerando que ambas as matérias são de competência legislativa privativa da União.
- (C) ser devolvido ao autor pelo Presidente, para que promova sua adequação regimental, sendo cabível recurso ao plenário.
- (D) ser analisado pelas Comissões, que irão aferir a conveniência de dividir as matérias, para constituírem proposições separadas, remetendo-se à Mesa para efeito de renumeração e distribuição.
- (E) ter sua tramitação assegurada até que Deputado, partido político ou bloco parlamentar requeira a manifestação do plenário quanto ao vício de forma.

**9**

O órgão competente, no âmbito da Câmara dos Deputados, após ampla apuração, constatou que Pedro, Deputado Federal, relatou matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de João, que contribuiu para o financiamento de sua campanha eleitoral.

Maria, relatora do caso no âmbito do órgão competente, recebeu a sugestão, de outros parlamentares desse órgão, de que o seu parecer indicasse a aplicação, a Pedro, da sanção de suspensão da prerrogativa de usar da palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente, por 6 (seis) meses.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Maria concluiu corretamente que a sugestão apresentada é

- (A) totalmente compatível com a sistemática vigente.
- (B) incompatível com a sistemática vigente apenas em relação ao tempo de suspensão sugerido.
- (C) totalmente incompatível com a sistemática vigente, pois a cassação da palavra é medida pontual, para ato e momento específicos, não figurando como sanção.
- (D) incompatível com a sistemática vigente apenas em relação à possibilidade de a conduta ilícita praticada ensejar a aplicação da suspensão, o que não é admitido nesse caso.
- (E) incompatível com a sistemática vigente apenas em relação à tese de que é ilícita a conduta de Pedro ao relatar projeto de interesse de pessoa física que financiou sua campanha.

**10**

Conforme publicação realizada no Diário da Câmara dos Deputados, Maria, Joana e Inácia, Deputadas Federais, foram nomeadas como Secretárias Adjuntas da Secretaria da Primeira Infância, Infância e Adolescência e Juventude.

Isso significa dizer, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que

- (A) têm mandato de quatro anos ou lapso temporal menor, caso tenham sido escolhidas no curso da legislatura.
- (B) foram indicadas pelo Secretário da Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude.
- (C) devem pertencer, preferencialmente, ao partido político ou bloco da maioria.
- (D) podem pertencer ao mesmo partido político ou bloco parlamentar.
- (E) foram escolhidas pela Mesa da Câmara dos Deputados.

**11**

Maria, Deputada Federal, determinou que sua assessoria verificasse a forma a ser dada à determinada proposição legislativa destinada a regular, com eficácia de lei, matéria de caráter legislativo, de competência privativa da Câmara dos Deputados.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a assessoria respondeu corretamente que a proposição deve assumir a forma de projeto de

- (A) ato complementar.
- (B) decreto legislativo.
- (C) lei ordinária.
- (D) resolução.
- (E) decreto.

**12**

Maria, Deputada Federal, tomou conhecimento de que determinado Delegado de Polícia Civil teria instaurado inquérito policial para apurar alegadas ofensas que ela teria praticado contra a honra de João, presidente de uma organização não governamental que recebia recursos da União. Essas ofensas teriam sido praticadas em discurso realizado por Maria na Câmara dos Deputados.

Ao tomar conhecimento da existência da referida investigação, Maria a reputou absurda, considerando suas prerrogativas constitucionais. Por essa razão, analisou o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para verificar se algo poderia ser feito, em sua defesa, na situação descrita.

Maria concluiu corretamente que

- (A) poderia solicitar a adoção das providências cabíveis pela Mesa.
- (B) teria o direito subjetivo de receber assistência da advocacia da Câmara, que patrocinaria a sua defesa.
- (C) a Presidência da Casa, de ofício ou a partir de provocação sua, tem competência para adotar as providências cabíveis.
- (D) a Câmara dos Deputados deve se posicionar, no âmbito de comissão especial instituída para esse fim, a respeito da juridicidade de sua conduta.
- (E) competirá à Procuradoria Parlamentar avaliar se sua defesa deve ser, ou não, assumida pela Casa Legislativa, a partir de provocação do Primeiro Secretário.

**13**

Maria, Deputada Federal, logrou êxito em ser escolhida para integrar a Mesa da Câmara dos Deputados.

Com o objetivo de se inteirar em relação à frequência das reuniões de caráter ordinário e às consequências que podem advir do não comparecimento a essas reuniões, decidiu consultar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ao fim de sua pesquisa, Maria concluiu corretamente que as referidas reuniões são realizadas

- (A) uma vez por mês, sendo que o não comparecimento a mais de vinte por cento das reuniões acarretará a impossibilidade de que permaneça na Mesa na sessão legislativa seguinte.
- (B) semanalmente, sendo que o não comparecimento a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas acarretará a sua suspensão, como membro da Mesa, por um mês.
- (C) diariamente, sendo que o seu não comparecimento a dez reuniões, consecutivas ou não, sem causa justificada, acarretará a sua suspensão por trinta dias.
- (D) uma vez por mês, sendo que o não comparecimento a três reuniões consecutivas acarretará a sua substituição definitiva, como membro da Mesa, por suplente.
- (E) uma vez por quinzena, sendo que ela perderá o lugar de membro da Mesa caso deixe de comparecer a cinco reuniões consecutivas, sem causa justificada.

**14**

João, Deputado Federal, foi procurado por representações classistas do funcionalismo público federal, ocasião em que tomou conhecimento de que determinado direito social de estatuta constitucional, direcionado aos servidores federais, ainda carecia de regulamentação.

Como a matéria exigiria a alteração do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, de iniciativa privativa do Presidente da República, João informou corretamente aos participantes da reunião, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que

- (A) a omissão do Chefe do Poder Executivo permitia a apresentação de projeto de lei de iniciativa parlamentar, o que seria feito por ele.
- (B) poderia encaminhar recomendação, de caráter não vinculante, ao Chefe do Poder Executivo Federal, exortando-o a encaminhar o projeto de lei.
- (C) não poderia se imiscuir de qualquer forma nessa temática, afeta ao Chefe do Poder Executivo Federal, sob pena de caracterização de quebra de decoro parlamentar.
- (D) poderia requerer à Mesa que reconhecesse a omissão do Chefe do Poder Executivo e, em caso positivo, estipulasse prazo para que fosse sanada, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade.
- (E) poderia sugerir ao Chefe do Poder Executivo federal a apresentação do projeto de lei, o que seria feito por meio de indicação, que será objeto de requerimento escrito, despachado pelo Presidente da Câmara e publicado.

**15**

O Deputado Federal XX, integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, foi acusado da prática de conduta atentatória ao decoro parlamentar, o que levou à instauração de processo disciplinar no âmbito da referida estrutura orgânica.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão da presunção de inocência, o Deputado XX continuará a exercer suas funções no âmbito do referido Conselho.
- (B) O Deputado XX pode ser afastado do referido Conselho, em caráter cautelar, por decisão da maioria absoluta do Plenário.
- (C) A prova inequívoca da acusação constitui causa para o imediato afastamento do Deputado XX do referido Conselho, por decisão do Presidente do Conselho.
- (D) A maioria absoluta dos membros do referido Conselho pode apresentar proposta de resolução, para que o Deputado XX seja cautelarmente afastado do Conselho até decisão final.
- (E) Apenas a partir de proposta do Corregedor-Geral, o Deputado XX pode ser afastado de suas funções no referido Conselho, por decisão do Presidente desse órgão, o que deve perdurar até decisão final.

**16**

Maria, Deputada Federal, estava pessoalmente empenhada em viabilizar a apresentação de determinada proposição legislativa, que necessitava da subscrição de um quórum mínimo de Deputados Federais, indicativo de que teria contornos coletivos.

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que, qualquer que seja a proposição,

- (A) o quórum pode ser obtido por meio das assinaturas de cada Deputado ou de Líderes, representando estes últimos exclusivamente o número de Deputados de sua legenda partidária ou parlamentar.
- (B) o quórum deve ser obtido, alternativamente, ou por meio das assinaturas de cada Deputado ou realizado o acordo de Lideranças, com a assinatura dos Líderes dos partidos e blocos convergentes.
- (C) os subscritores da proposição serão considerados os seus autores, cabendo-lhes acordar a forma de divisão das atribuições ou prerrogativas regimentais em Plenário.
- (D) a assinatura dos Líderes somente será representativa do número de Deputados de sua legenda partidária ou parlamentar, quando expressamente permitido.
- (E) será considerado autor, para o exercício das prerrogativas em Plenário, o Deputado Federal mais antigo entre os subscritores com maior número de legislaturas.

**17**

As bancadas de três partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados deliberaram constituir um bloco parlamentar.

O bloco será constituído por parlamentares em quantitativo correspondente a dois centésimos dos membros dessa Casa Legislativa, situação que, à míngua de qualquer acontecimento que desautorize a sua continuidade, irá permanecer por toda a legislatura. Caso uma das agremiações que o integra venha a dele se desvincular, ou se o bloco parlamentar for dissolvido, poderá constituir ou integrar outro bloco na mesma sessão legislativa.

Sobre a hipótese narrada, segundo o disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) Apresenta irregularidade apenas em relação ao quantitativo de parlamentares e ao quantitativo de partidos políticos que integram o bloco.
- (C) Apresenta irregularidade apenas em relação ao quantitativo de partidos políticos que integram o bloco e à sua permanência por toda a legislatura.
- (D) Apresenta irregularidade apenas em relação ao quantitativo de parlamentares que integram o bloco e à possibilidade de a agremiação vir a constituir ou integrar outro bloco da forma indicada.
- (E) Apresenta irregularidade apenas em relação ao quantitativo de partidos políticos que integram o bloco e à possibilidade de a agremiação vir a constituir ou integrar outro bloco da forma indicada.

**18**

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Câmara dos Deputados e em atuação junto à Mesa dessa Casa Legislativa, recebeu a orientação de encaminhar determinado processo administrativo à autoridade competente. Esse expediente tinha por objeto convite dirigido à Câmara dos Deputados.

A autoridade para a qual Pedro deve encaminhar o expediente é o

- (A) Presidente.
- (B) Diretor-Geral.
- (C) Primeiro Secretário.
- (D) Segundo Vice-Presidente.
- (E) Diretor do Setor de Protocolo e Arquivo.

**19**

Ana, estagiária de direito em atuação no âmbito da Câmara dos Deputados, foi instada, pelo servidor responsável por acompanhar a realização do seu período de estágio, a elaborar uma redação a respeito do órgão que, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tem competência para atuar em benefício da população feminina brasileira, buscando tornar essa Casa Legislativa um centro de debate das questões relacionadas à igualdade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres.

Da sua redação, foram extraídas as seguintes conclusões:

- I. A Coordenadoria dos Direitos da Mulher, braço executivo da Secretaria da Mulher, atua por intermédio das subestruturas Procuradoria da Mulher e Comitê de Defesa da Mulher;
- II. As Deputadas Federais que integram as estruturas da Secretaria são escolhidas pelo Plenário da Câmara dos Deputados; e
- III. Não há óbice a que as Deputadas Federais acumulem o exercício de cargos nas estruturas da Secretaria da Mulher.

Considerando o disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar, em relação às conclusões de Ana, que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas I e II estão certas.
- (D) apenas II e III estão certas.
- (E) apenas I e III estão certas.

**20**

O Presidente da Câmara dos Deputados, em razão de uma situação fortuita, não logrou êxito em chegar nas dependências da respectiva Casa Legislativa em horário que lhe permitisse dar início aos trabalhos da sessão.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Presidente

- (A) não será substituído, devendo a sessão ser adiada até que seja possível o seu comparecimento.
- (B) será substituído pelo Vice-Presidente que tiver previamente indicado para ocorrências dessa natureza.
- (C) será substituído apenas pelos membros da mesa, conforme ordem estabelecida no Regimento Interno e, na falta desses agentes, pelos respectivos suplentes.
- (D) será substituído, sequencialmente, pelo Primeiro Vice-Presidente ou pelo Segundo Vice-Presidente e, na falta desses agentes, pelo líder da maioria.
- (E) será substituído pelos membros da Mesa, conforme ordem estabelecida no Regimento Interno, ou mesmo pelo Deputado mais idoso, entre os de maior número de legislaturas.

**21**

Sobre o papel do Corregedor da Câmara dos Deputados nos processos administrativos disciplinares de competência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Corregedor participa das deliberações do Conselho, com direito a voz e voto.
- (B) O Corregedor pode ser ouvido, perante o Conselho, como *amicus curiae*, nos processos cuja instrução tenha realizado.
- (C) O Corregedor deve presidir o Conselho quando forem objeto de apuração condutas que podem acarretar a perda do mandato.
- (D) O Corregedor é organicamente autônomo em relação ao Conselho, de modo que não há influência ou participação recíproca na atuação de ambos.
- (E) O Corregedor, embora não participe das deliberações do Conselho, deve promover as diligências de sua alçada necessárias ao esclarecimento dos fatos investigados.

**22**

Joana, de nacionalidade brasileira, com setenta anos de idade e que não possuía título de eleitor, já que jamais se alistara eleitoralmente, irresignada com determinada conduta praticada pelo Deputado Federal Pedro, que poderia acarretar a perda do mandato desse parlamentar, encaminhou representação à Mesa da Câmara dos Deputados, na qual solicitou a apuração dos fatos e a punição do parlamentar.

À luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar, é correto afirmar que a Mesa deve

- (A) indeferir liminarmente a representação, considerando a situação pessoal de Joana.
- (B) encaminhar a representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eximindo-se de emitir juízo de valor ao seu respeito.
- (C) conhecer a representação e emitir parecer, quer para arquivá-la, quer para enviá-la ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
- (D) determinar o processamento da representação, pois é reconhecida a legitimidade de qualquer cidadão, parlamentar ou partido político para ofertá-la.
- (E) encaminhar a representação ao Corregedor, que realizará a apuração inicial e emitirá parecer sobre o arquivamento ou o encaminhamento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

**23**

Na reunião de apreciação do parecer do relator, originariamente apresentado em processo administrativo disciplinar em tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os membros do colegiado deliberaram pela sua rejeição.

Considerando o procedimento a ser observado no âmbito do referido colegiado, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que

- (A) o processo deve ser arquivado independente do quórum de rejeição.
- (B) deve ser designado novo relator, a ser livremente sorteado entre os integrantes do colegiado.
- (C) o processo deve ser arquivado se a rejeição tiver ocorrido pelo voto da maioria absoluta dos membros do colegiado.
- (D) o processo deve ser arquivado, salvo se a Mesa da Câmara, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, decidir pela realização de nova apuração dos fatos.
- (E) deve ser designado novo relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão, foram contrários à posição do primeiro relator.

**24**

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar instaurou processo administrativo disciplinar em detrimento de Ana, Deputada Federal, pela suposta prática de conduta incompatível com o decoro parlamentar, pois, alegadamente, teria ela abusado das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional.

Embora tenha recebido cópia da representação, Ana não apresentou defesa.

Nesse caso, à luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar,

- (A) Ana será processada à revelia, qualquer que seja a infração e a penalidade cominada.
- (B) Ana será processada à revelia, salvo se a penalidade cominada à infração for a perda do mandato.
- (C) a Mesa da Câmara nomeará defensor dativo para Ana, que terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa.
- (D) o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para Ana, que terá o prazo de cinco sessões para apresentar defesa.
- (E) o Presidente da Câmara deve ser comunicado, cabendo-lhe nomear advogado dativo para Ana, que terá o prazo de duas sessões para apresentar defesa.

**25**

Pedro, Deputado Federal, tomou conhecimento, de modo informal, da existência, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de representação na qual era apontado como autor de condutas que, alegadamente, eram incompatíveis com o decoro parlamentar.

As condutas descritas na representação eram as seguintes:

- I. praticar ofensas físicas contra outro parlamentar nas dependências da Câmara;
- II. perceber, em proveito próprio, no exercício de atividade parlamentar, vantagem econômica indevida; e
- III. fraudar o andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado da deliberação.

Segundo o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, na perspectiva da classificação dos atos incompatíveis com o decoro parlamentar, é correto afirmar que

- (A) todas as condutas descritas enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- (B) apenas as condutas I e II enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- (C) apenas as condutas II e III enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- (D) apenas a conduta I enquadra-se nessa espécie de ilícito.
- (E) apenas a conduta III enquadra-se nessa espécie de ilícito.

**26**

Maria, Deputada Federal, foi informada pelo partido político ao qual estava filiada de que ela teria celebrado acordo cujo objeto era a posse de suplente, o que afrontaria o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Sobre a conduta que é atribuída a Maria, à luz do arcabouço normativo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente será apreciada mediante provas.
- (B) Somente será apreciada após a autorização da Mesa.
- (C) Somente será apreciada após a apreciação do Presidente da Câmara.
- (D) Será apreciada mesmo que não sejam apresentadas provas nesse sentido.
- (E) Somente será apreciada mediante autorização preliminar da maioria simples dos membros do Conselho.

## Regimento Comum do Congresso Nacional

27

Com estrita observância da sistemática regimental, foi instituída determinada Comissão Mista do Congresso Nacional. Ao analisar o Regimento Interno do Congresso Nacional, João, sócio-gerente da sociedade empresária Alfa, que tinha interesse no resultado da deliberação dessa Comissão e iria acompanhar os respectivos trabalhos, concluiu que:

- I. O calendário de tramitação da matéria sujeita ao exame da Comissão deve constar das Ordens do Dia do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados;
- II. Os trabalhos só serão iniciados com a presença mínima de um quarto de sua composição; e
- III. No prazo de oito dias, a partir da instalação da Comissão, o Congressista poderá apresentar emendas, que deverão ser, em seguida, despachadas pelo Presidente.

Nesse caso, é correto afirmar, acerca dessas conclusões, que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas a observação III está certa.
- (D) apenas as observações I e II estão certas.
- (E) apenas as observações II e III estão certas.

28

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº XX, na qual foi aberto crédito extraordinário à lei orçamentária anual. Ao tomar conhecimento desse fato, Ana, estagiária no âmbito do Congresso Nacional (CN), questionada por uma colega de estágio em relação a aspectos da tramitação desse ato normativo no âmbito do Poder Legislativo, afirmou que:

- I. a Comissão Mista, cujas designação, instalação e funcionamento são disciplinadas pela Resolução nº 1/2002 do CN, deve emitir parecer sobre a Medida Provisória nº XX;
- II. essa Comissão, designados os seus integrantes, terá o prazo de 48 horas para a sua instalação, quando, entre outras medidas, será designado relator para a matéria; e
- III. ao relator revisor é vedado exercer as funções de relatoria na Casa diversa da do relator da Medida Provisória nº XX.

À luz das normas regimentais aplicáveis à matéria, é correto afirmar, em relação às observações de Ana, que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas I está certa.
- (D) apenas II e III estão certas.
- (E) apenas I e III estão certas.

29

Ao fim do segundo período legislativo da segunda sessão legislativa ordinária da legislatura nº YY, o Presidente da República editou o Decreto nº X, o qual, consoante a opinião generalizada dos especialistas na área, exorbitou dos limites do poder regulamentar. Esse fato levou um Deputado Federal a requerer a sustação do referido Decreto pelo Congresso Nacional.

Sobre a hipótese, considerando a sistemática regimental, assinale a afirmativa correta.

- (A) A apreciação da matéria deve necessariamente aguardar o fim do recesso parlamentar, considerando que a atuação da Comissão Representativa do Congresso Nacional está adstrita às medidas previstas em *numerus clausus* no Regimento.
- (B) A apreciação da matéria ficará a cargo da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá a plenitude das competências do Poder Legislativo no período de recesso.
- (C) A apreciação da matéria ficará a cargo da Comissão Mista Temporária do Congresso Nacional, que exercerá a plenitude das competências do Poder Legislativo no período de recesso.
- (D) A sustação do Decreto nº X exige maioria qualificada dos membros do Congresso Nacional, o que configura exceção à possibilidade de atuação da Comissão Representativa.
- (E) A Comissão Representativa do Congresso Nacional pode sustar o Decreto nº X, desde que se caracterize a necessidade de medida cautelar de caráter urgente.

30

Após a atuação do Senado Federal como Casa Iniciadora na apreciação do Projeto de Lei Ordinária nº X, apresentado pelo Senador João, o projeto aprovado foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

No âmbito da Casa revisora, foi observado o seguinte:

- I. A aprovação de retificação de incorreções de linguagem no âmbito do Art. 1º do projeto, sem alteração de sentido.
- II. A aprovação de emenda supressiva do Art. 2º do projeto.
- III. A aprovação de emenda aditiva, acrescentando-se um novo Art. 3º ao projeto, com a renumeração do Art. 3º existente e dos demais artigos subsequentes; e
- IV. O fato de o Projeto de Lei Ordinária nº Y, apresentado pela Deputada Federal Maria, tramitar há mais tempo na Câmara dos Deputados, foi dada prioridade, nesta Casa Legislativa, à discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº X.

À luz da sistemática estabelecida na Resolução nº 1/1970, do Congresso Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) As deliberações I, II e III exigem que o Projeto de Lei Ordinária nº X retorne à Casa Iniciadora.
- (B) A situação descrita em IV reflete inversão da ordem de prioridade estabelecida regimentalmente.
- (C) As deliberações I e II, por si sós, dispensariam o retorno do Projeto de Lei Ordinária nº X à Casa iniciadora.
- (D) A situação IV descumpra a exigência regimental de tramitação simultânea dos Projetos de Lei Ordinária X e Y, em razão da conexão existente entre eles.
- (E) As deliberações II e III, não a I, por si sós, exigem que o Projeto de Lei Ordinária nº X retorne à Casa iniciadora, não havendo irregularidade na situação descrita em IV.

## Ciência Política

31

A história do Parlamento brasileiro completa dois séculos em 2023, desde a instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em maio de 1823. Durante esses 200 anos, o Legislativo brasileiro foi fechado, dissolvido e seus deputados tiveram o mandato cassado repetidas vezes.

As afirmativas a seguir exemplificam corretamente processos de intervenção no Legislativo brasileiro, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A Constituição outorgada em 1824 foi elaborada pelo Conselho de Estado nomeado por Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823.
- (B) No Segundo Império, a Câmara dos Deputados foi dissolvida várias vezes pelo imperador, no exercício privativo do poder moderador.
- (C) Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, mas manteve as assembleias legislativas dos estados e as câmaras municipais.
- (D) Na ditadura militar, o Ato Institucional nº 2 conferiu ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Congresso, autorizando que nesse período o presidente legislasse por decretos-leis.
- (E) A Constituição de 1988 não prevê a dissolução do Parlamento e pedidos públicos de fechamento do Congresso podem ser considerados crime contra o regime representativo e democrático de direito.

32

O semipresidencialismo é um modelo consagrado na França (desde 1958) e em Portugal (desde 1976), cujo estudo tem sido retomado por grupos de trabalho na Câmara dos Deputados, ao avaliar possíveis alternativas para a crise política brasileira.

A respeito desse modelo híbrido, assinale a afirmativa que apresenta corretamente uma característica geral do semipresidencialismo.

- (A) O Poder Executivo é dividido entre um chefe de Estado e um chefe de Governo, o qual desempenha apenas funções cerimoniais ou simbólicas.
- (B) O Presidente, em condições normais, depende de sustentação política do parlamento para completar seu mandato, como um voto de confiança, por exemplo.
- (C) O Presidente é eleito pelo voto popular e exerce a chefia do Estado, possuindo um conjunto limitado de competências políticas, como a participação na nomeação do Primeiro Ministro.
- (D) O chefe de Governo é responsável por seus atos perante o Poder Legislativo, que tem autoridade para eleger, nomear, manter ou suspender do cargo o Primeiro Ministro e seu gabinete.
- (E) A chefia de Estado tem funções meramente formais, como a de representação internacional na assinatura de tratados, geralmente a pedido do chefe de Governo, sendo um símbolo da continuidade do Estado.

33

A importância da institucionalização partidária para a qualidade da democracia é um consenso na Ciência Política, mas a definição de institucionalização partidária não é unívoca.

Para teóricos como Rose e Mackie, “*um partido institucionalizado deve perdurar de eleição em eleição; operacionalmente, se considera que um partido se tornou institucionalizado se ele disputou mais de três eleições nacionais. Um grupo que não alcança isto não é um partido político estabelecido, mas um partido efêmero*”.

ROSE, Richard & MACKIE, Thomas T. “Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations” in: LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 536. (Traduzido e adaptado)

Com base no trecho, assinale a afirmativa que interpreta corretamente o conceito de institucionalização partidária citado.

- (A) Avalia o enraizamento dos partidos na sociedade e a independência das organizações partidárias em relação aos interesses dos líderes.
- (B) Envolve a organização competitiva em eleições nacionais, a apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais e a permanência na competição por sucessivas eleições.
- (C) Analisa os partidos em conjunto, com base em sua adaptabilidade para a sobrevivência e autonomia, enquanto independência de outros atores sociais.
- (D) Considera como critérios definidores as formas de seleção de candidatos, as relações com o executivo, o desempenho eleitoral e a atuação parlamentar.
- (E) Fundamenta-se na legitimidade dos partidos conferida pelos atores políticos e na consulta popular na elaboração do programa partidário.

34

No campo da representação política, a desigualdade material e simbólica de gênero continua desanimadora. Em 2023, apenas 26,8% dos assentos em parlamentos nacionais, em todo o mundo, são atualmente ocupados por mulheres. Essa disparidade na representação política reflete desafios persistentes em relação à igualdade de gênero e à participação das mulheres nas esferas de poder.

No Brasil, a situação é ainda mais aguda: as mulheres ocupam apenas 17,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 18,5% dos assentos no Senado Federal, ficando na 132ª posição – de um total de 185 países – no Monthly ranking of women in national parliaments.

PERLIN, Giovana Dal Bianco e FERREIRA, Cristiano. *Dinheiro, ideologia e gênero: o papel das cotas de financiamento nas eleições de 2022*. (Adaptado).

A respeito das iniciativas brasileiras para tornar mais equitativa a relação entre gênero, poder e representação política, analise as afirmativas a seguir

- I. Nos anos 1990, para reduzir a sub-representação feminina, criou-se uma legislação que premiava os partidos que aderissem a um programa de cotas, estipulando um percentual de candidaturas de mulheres nas eleições.
- II. Em 2009, tornou-se obrigatório o preenchimento de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas listas eleitorais dos partidos, com penalidades e sanções econômicas em caso de descumprimento da normativa.
- III. Em 2018, estabeleceu-se que a distribuição de recursos do Fundo Partidário para financiar as campanhas eleitorais de candidatas mulheres deve ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado a percentagem mínima de candidatas mulheres prevista por lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

O uso da internet pelos atores políticos é uma variável importante das democracias representativas: deputados, atores institucionais, cidadãos e organizações da sociedade civil utilizam diferentes plataformas para influenciar as decisões políticas, em um processo denominado de “Democracia Digital” que fortalece o princípio da transparência.

A respeito das tecnologias de informação e comunicação aplicadas aos processos democráticos, relacione os possíveis efeitos da transparência digital listados a seguir às respectivas descrições.

1. Maior qualificação das ações deliberativas
  2. Aumento da confiança no sistema político
  3. Favorecimento dos processos de *accountability*
- ( ) A circulação *online* de dados, documentos, estudos, discursos governamentais e análises de procedimentos oferece maiores insumos para a deliberação pública.
- ( ) O acesso e cruzamento *online* de informações sobre atividades governamentais disponibilizadas pelos agentes públicos, facilita e barateia a prestação de contas da gestão dos recursos públicos.
- ( ) A veiculação regular de informações em *websites* oficiais constitui uma vitrine pública da governança e fortalece a credibilidade e o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas instituições públicas.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2.
- (B) 2 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

## Administração Geral e Administração Pública

36

A gestão de conflitos influencia fortemente a dinâmica organizacional.

Acerca dos estilos de gestão de conflitos, avalie as afirmações a seguir.

- I. O estilo de competição na gestão de conflitos é caracterizado por uma alta assertividade e baixa cooperação, sendo apropriado quando é necessária uma ação decisiva e imediata para impor interesses.
- II. O estilo de abstenção reflete uma postura altamente assertiva e cooperativa, sendo adequado quando um assunto é trivial e não há urgência em resolver o conflito.
- III. A abordagem estrutural para a administração de conflitos visa principalmente à reestruturação de elementos antecedentes que predispõem ao conflito, como a diferenciação e a interdependência.
- IV. A abordagem de processo na administração de conflitos busca reduzir as divergências entre os interesses das partes conflitantes, identificando objetivos compartilhados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**37**

A Matriz GUT, que leva em consideração os fatores de Gravidade, Urgência e Tendência, é uma ferramenta poderosa empregada na gestão de projetos, na resolução de problemas e na orientação de decisões estratégicas.

Sobre a matriz GUT, assinale a afirmativa correta.

- (A) 'A ação pode aguardar?' é uma pergunta de Gravidade.
- (B) 'A ação é relativamente importante?' é uma pergunta de Urgência.
- (C) 'A situação vai melhorar?' é uma pergunta de Urgência.
- (D) 'A situação vai piorar?' é uma pergunta de Tendência.
- (E) 'A ação é extremamente importante?' é uma pergunta de Tendência.

**38**

Para fazer uma organização produzir resultados incríveis, o administrador deve desempenhar funções ativadoras e orientadoras. A liderança é a ferramenta mais adequada para isso.

Assim, liderança é um processo de influência pelo qual uma pessoa facilita, impulsiona e dinamiza um grupo de pessoas rumo a metas comuns ou compartilhadas. As primeiras experiências sobre liderança sugeriam três tipos: Autoritária, Democrática e Liberal.

Com relação à *Liderança Liberal*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O líder deve ser atuante, consultivo, definindo objetivos e orientando as decisões a serem tomadas em conjunto com os subordinados.
- (B) O líder determina as tarefas, cada uma por vez, na medida em que se tornam necessárias e de modo imprevisível para o grupo.
- (C) O líder procura ser um membro normal do grupo, agindo de forma objetiva e limitando-se aos fatos em suas críticas e elogios.
- (D) O líder é duro e impositivo, centralizador, tomando decisões arbitrárias e as impondo aos subordinados.
- (E) O líder mostra um estilo que dá maior ênfase aos subordinados do que a ele.

**39**

O Processo Administrativo é conhecido como o conjunto de funções desempenhadas pelos administradores em diferentes níveis e em várias áreas da organização, e tem como objetivo alcançar metas pré-definidas. Nesse sentido, as quatro principais funções administrativas são: planejamento, organização, direção e controle.

Entre os processos listados a seguir, assinale aquele que está associado com a função administrativa da organização.

- (A) Definição dos objetivos a atingir.
- (B) Preenchimento dos cargos.
- (C) Alocação dos recursos em órgãos e pessoas.
- (D) Comunicação, liderança e motivação de pessoas.
- (E) Ação Corretiva.

**40**

O ciclo de planejamento nas organizações públicas refere-se ao processo contínuo e sistemático pelo qual essas instituições definem metas, desenvolvem estratégias, implementam ações, monitoram o progresso e ajustam suas atividades para alcançar objetivos específicos.

Em relação ao ciclo do planejamento, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) *Key performance indicators* (KPIs) são métricas para quantificar objetivos.
- ( ) Meios de controle são informações para avaliar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação escolhidos são apropriados.
- ( ) Avaliação é o processo de determinar se a realização dos objetivos está alcançando os efeitos pretendidos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

**41**

O ciclo do planejamento em organizações (PDCA) é uma metodologia amplamente reconhecida que tem raízes na gestão da qualidade e é aplicada em diversos contextos organizacionais.

Sobre o PDCA, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está baseado em projetos em busca da excelência.
- (B) Pressupõe a análise de projetos com vistas a realizá-los de maneira otimizada.
- (C) Está baseado em eliminar o medo de errar.
- (D) Implica a análise dos resultados das ações do projeto e a possível redefinição da estratégia.
- (E) Tem início a partir do descontentamento com a situação atual que está presente na cultura organizacional.

**42**

A cultura organizacional desempenha papel importante no funcionamento de uma organização, influenciando a forma como os membros percebem, pensam e se comportam em relação aos desafios organizacionais.

Em relação à *cultura organizacional*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É composta principalmente por políticas e diretrizes escritas que orientam o comportamento dos funcionários.
- (B) Seus aspectos visíveis são os mais importantes para o bom funcionamento de uma organização.
- (C) É uma mistura de crenças, valores, comportamentos e normas que são exclusivamente informais e não têm impacto real sobre o desempenho organizacional.
- (D) Influencia a maneira como os membros de uma organização lidam com desafios externos e mantêm a coesão interna, incluindo aspectos visíveis e não visíveis.
- (E) É um conceito teórico de pouca relevância prática nas operações diárias das organizações.

43

Os projetos contemporâneos apresentam-se sob variadas formas. Alguns são de curta duração e são empreendimentos, em geral, baratos, que duram apenas alguns dias e necessitam de recursos mínimos.

Os projetos de médio ou longo prazo, por outro lado, chegam a se estender por muitos anos e requerem significativos aportes de recursos financeiros e materiais, altos níveis de habilidade técnica e científica e complexas estruturas de administração.

Sobre a gestão de projetos, assinale a opção que apresenta um aspecto relevante acerca do papel do *patrocinador do projeto*.

- (A) O patrocinador geralmente é um membro de nível hierárquico baixo na organização.
- (B) O patrocinador não precisa estar totalmente alinhado com os objetivos da equipe do projeto, mas deve lidar com questões políticas e recursos necessários para a execução do projeto.
- (C) O patrocinador é uma figura que não tem autoridade para definir o escopo do projeto.
- (D) O patrocinador não pode ser tão alto na estrutura organizacional a ponto de o projeto ser insignificante perto de suas atribuições rotineiras.
- (E) O patrocinador não deve estar envolvido na resolução de entraves políticos que podem surgir ao longo do projeto.

44

Do ponto de vista da gestão, motivação é a vontade de aplicar um nível persistente e elevado de esforço pessoal no alcance de objetivos organizacionais, desde que também satisfaça alguma necessidade individual. As necessidades básicas humanas são organizadas em uma hierarquia de necessidades, formando uma pirâmide.

Considerando a hierarquia das necessidades, assinale a opção que apresenta apenas aquelas que podem ser consideradas como *necessidades primárias*.

- (A) Fisiológicas e Sociais.
- (B) de Autorrealização, de Segurança e de Estima.
- (C) de Segurança, de Autorrealização e Fisiológicas.
- (D) de Estima e Sociais.
- (E) Fisiológicas e de Segurança.

45

A gestão de competências é uma abordagem estratégica que visa a identificar, desenvolver e aprimorar as habilidades e os conhecimentos dos colaboradores de uma organização para atingir seus objetivos e metas de forma eficaz.

Em relação à *gestão de competências*, é correto afirmar que

- (A) imagem e reputação são competências funcionais.
- (B) visão sistêmica é uma competência organizacional.
- (C) relacionamento interpessoal é uma competência individual.
- (D) vantagens competitivas são competências gerenciais.
- (E) flexibilidade é uma competência funcional.

46

Os indicadores de desempenho são fundamentais na gestão de organizações, fornecendo informações quantitativas e qualitativas que auxiliam na avaliação do êxito e da eficiência da organização na realização de seus objetivos e metas.

Sobre os *indicadores de desempenho*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conhecimento das necessidades de acionistas é uma informação de gestão estratégica.
- (B) A definição de metas de número de entregas é uma informação de *stakeholders*.
- (C) O conhecimento das necessidades dos clientes é uma informação de processos da cadeia de valor.
- (D) A definição das metas de qualidade dos processos é uma informação de *stakeholders*.
- (E) As fontes de informações úteis para indicadores são gestão estratégica, *stakeholders* e processos da cadeia de valor.

47

Os estudiosos da administração pública exploram as diversas dimensões do modelo racional-legal, questionando suas premissas sobre a natureza humana, as estruturas organizacionais, as relações interpessoais e as formas de aquisição de conhecimento.

Sobre os modelos de Administração Pública, assinale a opção que apresenta uma *crítica* ao modelo racional-legal.

- (A) Não vincula adequadamente teoria e prática.
- (B) Privilegia a tradição humanística.
- (C) Compreende a aquisição do conhecimento em sua totalidade.
- (D) Contempla uma visão estrita da razão humana.
- (E) Inspira-se na teoria política democrática.

48

A liderança está intrinsecamente ligada ao conceito de poder e autoridade, ambos atuando como meios de influência sobre os outros. Para que a autoridade seja eficaz, é necessário que o poder seja conferido como uma condição fundamental. Assim, ter autoridade equivale a ter poder, mas a recíproca nem sempre é verdadeira.

Relacione os cinco tipos de poder elencados a seguir às situações em que acontecem.

- |                        |  |
|------------------------|--|
| 1. Poder de recompensa | a) quando A tem poder de aplicar punições ou castigos a B.                                       |
| 2. Poder coercitivo    | b) quando B deseja ser igual a A ou se identifica com A.   |
| 3. Poder legitimado    | c) Quando A tem poder de conceder prêmios ou benefícios a B.                                     |
| 4. Poder de referência | d) Quando B percebe que A tem conhecimento, experiência ou competência especial em uma situação. |
| 5. Poder de perícia    | e) quando B aceita um conjunto de normas que dizem que deve aceitar a influência de A.           |

Assinale a opção que apresenta a relação correta.

- (A) 1-c / 2-a / 3-e / 4-b / 5-d.
- (B) 1-a / 2-c / 3-d / 4-e / 5-b.
- (C) 1-c / 2-a / 3-b / 4-d / 5-e.
- (D) 1-d / 2-c / 3-b / 4-e / 5-d.
- (E) 1-c / 2-a / 3-e / 4-d / 5-b.

49

A temática relacionada à gestão baseada em processos não é nova para a Administração. Durante muito tempo, as atividades administrativas foram alvo de racionalizações implantadas por meio das técnicas de Organização e Métodos (O&M).

Sobre a *gestão de processos*, assinale a opção que apresenta a principal diferença entre os processos primários e os processos de suporte.

- (A) Os processos primários entregam diretamente valor aos clientes, enquanto os processos de suporte não o fazem.
- (B) Os processos de suporte são mais críticos e estratégicos para as organizações do que os processos primários.
- (C) Os processos de suporte são responsáveis pela criação física de produtos ou serviços, enquanto os processos primários gerenciam recursos e infraestrutura.
- (D) Os processos primários são multifuncionais, enquanto os processos de suporte são unifuncionais.
- (E) Os processos de suporte estão estruturados para medir, monitorar e controlar atividades de negócios, ao passo que os processos primários estão voltados para a entrega de valor aos clientes.

50

A Análise SWOT é uma ferramenta de gestão altamente eficaz, frequentemente empregada por sociedades empresárias e organizações para avaliar sua posição atual, identificar oportunidades, lidar com desafios e elaborar estratégias eficazes.

Sobre a análise SWOT, assinale a afirmativa correta.

- (A) S representa pontos fortes dos sistemas externos da organização.
- (B) W representa pontos fracos dos sistemas externos da organização.
- (C) O representa oportunidades oferecidas pela organização.
- (D) T representa ameaças oferecidas pela organização.
- (E) É uma ferramenta de origem indeterminada, que vem sendo usada desde a década de 1960.

51

A governança pública tem papel fundamental na garantia de que o poder público atue de maneira transparente, responsável e eficiente.

Em relação à governança pública, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Integridade é um princípio da governança pública.
- II. Liderança é um mecanismo para o exercício da governança pública.
- III. Controle é um princípio da governança pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

A governança pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, orientar e supervisionar a administração, com o objetivo de conduzir políticas públicas e fornecer serviços de interesse da sociedade.

Sobre *governança pública*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os significados de 'governança pública' e 'gestão pública' são equivalentes.
- (B) A governança pública parte do conflito do agente-principal.
- (C) A governança pública trata de problemas distintos da governança corporativa.
- (D) A governança pública tem uma função realizadora.
- (E) A gestão pública tem uma função direcionadora.

53

*Accountability* é um termo incorporado ao léxico da governança corporativa no âmbito da administração pública. Basicamente ela prevê a obrigação de o gestor prestar contas de forma transparente à rede de partes interessadas das organizações que compõem a administração pública.

Em relação à *accountability* na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) *Accountability* social depende da participação de organizações da sociedade civil.
- (B) *Accountability* horizontal preconiza que os cidadãos são as partes interessadas e os políticos e governos são seus agentes.
- (C) *Accountability* social é o controle dos políticos e governos pelos cidadãos, por meio de plebiscito, referendo e voto.
- (D) *Accountability* vertical refere-se ao sistema de freios e contrapesos.
- (E) *Accountability* horizontal relaciona-se com a governabilidade e com o corporativismo.

54

Os processos de gestão são um conjunto de práticas que visam a melhorar os processos da organização.

A *gestão de processos* tem por objetivo

- (A) entregar valor diretamente aos clientes.
- (B) gerenciar recursos ou a infraestrutura requerida pelos processos primários.
- (C) medir, monitorar e controlar atividades de negócios para garantir metas operacionais, financeiras, reguladoras e legais.
- (D) desempenhar atividades essenciais para cumprir a missão da organização.
- (E) fornecer suporte aos processos primários, que não ultrapassem as fronteiras funcionais.

55

Sobre a *comunicação organizacional*, fundamental para as organizações, os grupos e os indivíduos, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A comunicação exerce uma função de controle quando as pessoas seguem normas e procedimentos de trabalho e também quando grupos hostilizam-se uns aos outros.
- II. A motivação é uma das funções da comunicação quando se estabelecem objetivos, avalia-se o desempenho e orienta-se acerca de metas a alcançar.
- III. A expressão emocional é uma função da comunicação que ocorre principalmente em comunicações formais, visando à satisfação das necessidades sociais das pessoas.
- IV. A comunicação atua como facilitadora da tomada de decisões, transmitindo informações que identificam e avaliam alternativas de cursos de ação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

56

A socialização organizacional desempenha um papel crucial na integração dos novos membros às normas, valores e padrões de comportamento de uma organização, sendo parte importante da cultura organizacional.

Sobre a *socialização organizacional*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A socialização organizacional pode incluir uma fase destrutiva que envolve a desconstrução dos valores e padrões de comportamento previamente aprendidos pelo novo membro em outras organizações.
- II. O programa de integração ou indução tem o objetivo de minimizar o choque cultural, tornando os novos membros mais confortáveis com a cultura da organização.
- III. O feedback do desempenho e as recompensas são elementos do processo de socialização organizacional que enfatizam principalmente aspectos do negócio, enquanto os valores corporativos são considerados secundários.
- IV. O reforço de histórias e folclore organizacional é uma etapa do processo de socialização que ajuda a explicar por que a organização faz as coisas de uma maneira particular e peculiar.
- V. A socialização organizacional é um processo unidirecional, com a organização ditando os valores e normas que os novos membros devem adotar, sem considerar a contribuição dos novos membros para a cultura organizacional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

57

De acordo com as teorias X e Y, os estilos de administração variam significativamente, refletindo diferentes abordagens para a gestão de pessoas e organizações.

Em relação a essas teorias, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Na Teoria X, a visão predominante é que os indivíduos têm uma aversão inerente ao trabalho e, portanto, requerem supervisão constante e controle para garantir o cumprimento das tarefas.
- ( ) A Teoria Y sustenta que os funcionários são naturalmente motivados e buscam responsabilidades, de modo que os gestores devem proporcionar autonomia e oportunidades de crescimento.
- ( ) Na Teoria X, a ênfase está no trabalho em equipe, na colaboração e na participação dos funcionários na tomada de decisões.
- ( ) De acordo com a Teoria Y, os líderes devem adotar um estilo de gestão mais democrático, levando em consideração as opiniões e ideias dos colaboradores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – F – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – V – V – V.

58

O modelo racional-legal de administração conquistou um lugar de destaque na literatura que aborda as organizações públicas. Expressões como incentivos-contribuições, zonas de aceitação e satisfação tornaram-se termos de referência no léxico dos estudiosos contemporâneos da Administração Pública.

Segundo o modelo racional-legal de Administração Pública, assinale a opção que apresenta corretamente o conceito de *racionalidade*.

- (A) Reconhece a interdependência entre administração e política.
- (B) Serve a propósitos razoáveis de ordem política ou moral.
- (C) Tem como objetivo maximizar a eficiência.
- (D) Presume o autointeresse ao maximizar as próprias utilidades.
- (E) Tem como valores a liberdade, a justiça e a igualdade.

59

À medida que a sociedade evolui e as demandas mudam, os governos muitas vezes adaptam suas abordagens de Administração Pública para atender melhor às necessidades dos cidadãos e ao contexto atual.

Em relação aos modelos de Administração Pública, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) O poder racional-legal é o princípio orientador para o desenvolvimento da administração pública burocrática.
- ( ) A administração pública gerencial constitui a negação de todos os princípios na administração pública burocrática.
- ( ) Na administração pública burocrática, os controles administrativos que visam a evitar a corrupção e o nepotismo são sempre formulados *a priori*.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

60

A análise de cenários é uma ferramenta de grande valor que auxilia as organizações na elaboração de planos e na antecipação de eventos futuros, viabilizando a tomada de decisões estratégicas embasadas em informações.

Na análise de cenários, acerca do *macroambiente*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O macroambiente é constituído por fatores sobre os quais as organizações não têm controle direto.
- (B) O macroambiente consiste em fatores que estão intrinsecamente relacionados às organizações.
- (C) As organizações não se adaptam às tendências dos macroambiente.
- (D) O macroambiente é constituído por fatores econômicos, político-legais, tecnológicos e socioculturais.
- (E) As organizações devem alterar as condições do macroambiente.

## Administração Financeira e Orçamentária

61

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu condições concretas para assegurar a efetiva aplicação do princípio da universalidade, garantindo a inclusão de todas as receitas e despesas no processo de planejamento orçamentário.

Com relação ao processo de planejamento orçamentário, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) O orçamento fiscal é o principal dos três orçamentos e refere-se aos poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- ( ) O orçamento da seguridade social abrange um orçamento de áreas específicas que engloba exclusivamente as entidades e órgãos ligados à seguridade social.
- ( ) O orçamento de investimento das empresas compreende os investimentos realizados pelas empresas em que o poder público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, abrangendo as receitas e despesas operacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

62

Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes fundamentais para assegurar racionalidade, eficiência e transparência aos procedimentos relacionados à criação, implementação e fiscalização do orçamento público.

O Princípio Orçamentário que determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público é o da(o)

- (A) Universalidade.
- (B) Totalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Anualidade.
- (E) Orçamento Bruto.

63

Os Princípios Orçamentários são válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as esferas governamentais, sendo estabelecidos e regulamentados por meio de normas contidas na Constituição Federal de 1988, em leis complementares e também na doutrina.

Sobre os *princípios orçamentários* e suas respectivas definições, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *princípio da anualidade* indica que a previsão da receita e a fixação da despesa devem se referir a um período limitado de tempo, chamado de exercício financeiro, que é igual a 90 (noventa) dias ou a 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez.
- (B) O *princípio da publicidade* determina a divulgação, para qualquer pessoa, de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
- (C) O *princípio da não afetação da receita de impostos* veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as exceções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.
- (D) O *princípio da publicidade* veda a divulgação, para qualquer pessoa, de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
- (E) O *princípio da universalidade* determina que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar a Lei Orçamentária Anual (LOA).

64

Durante o século XX, ocorreu uma contínua reavaliação conceitual de orçamento público, com impactos substanciais nas práticas e nos procedimentos.

No Brasil, a ideia do orçamento moderno é representada pelo conceito de Orçamento-programa, que abrange um conjunto de ideias e diretrizes técnicas originalmente organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sobre os elementos essenciais do Orçamento-programa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os programas são instrumentos de integração dos esforços governamentais para concretizar objetivos.
- II. Os custos dos programas identificam os meios ou insumos (pessoal, material, equipamentos, serviços) necessários para a obtenção dos resultados.
- III. As medidas de desempenho estimam objetivos e esforços despendidos na execução dos programas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

65

A Constituição Federal de 1988 introduziu diretrizes inovadoras para a gestão pública. A instituição de novos mecanismos, como o plano plurianual (PPA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), enfatizam a importância do planejamento, exigindo que as administrações desenvolvam planos de médio prazo que estejam estreitamente relacionados com os orçamentos anuais.

Sobre os *processos de planejamento orçamentário*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O PPA dispõe os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.
- (B) A LDO orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual.
- (C) O processo de planejamento orçamentário, nas três esferas de governo, foi minimamente afetado pelas disposições introduzidas pela Constituição Federal de 1988.
- (D) O PPA orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual.
- (E) A LDO abrange três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos das empresas.

66

O cancelamento de despesas empenhadas e inscritas em Restos a Pagar deve observar rotinas específicas quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária e controle.

Sobre o cancelamento de despesas empenhadas e inscritas em Restos a Pagar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Essa rotina tem tratamento ordinário, conforme o estágio em que a despesa se encontrar, podendo estar pendente de liquidação ou liquidado.
- II. Nos casos em que houver obrigação a pagar, o atributo do superávit financeiro é “F”.
- III. No cancelamento de Restos a Pagar, deve-se alterar o atributo financeiro “F” para atributo “P”.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

67

Na apreciação das matérias orçamentárias, os integrantes das Casas Legislativas cumprem variada agenda que envolve estudos e análises, discussões e consultas, solicitações de informações e participação em audiências públicas realizadas com autoridades e especialistas com o objetivo de esclarecer a matéria em apreciação.

Sobre o *ciclo orçamentário*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A iniciativa da apresentação do projeto de lei orçamentária é privativa do chefe do Poder Executivo.
- II. A autoridade legislativa pode realizar emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), especialmente no que diz respeito ao aumento ou à criação de novas despesas.
- III. Ao receber o projeto de lei aprovado, o presidente da República deve vetá-lo, total ou parcialmente, se o julgar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

68

Despesa orçamentária é toda operação que requer, para ser concretizada, autorização legislativa na forma de alocação de dotação orçamentária.

Sobre a *classificação da despesa orçamentária*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A função é representada pelos três primeiros dígitos da classificação funcional e representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- (B) A subfunção, indicada pelos dois últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior ao da função.
- (C) A atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.
- (D) O projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo.
- (E) As operações especiais compreendem despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**69**

O conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado que agrega a categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento.

Com relação à estrutura da natureza da despesa orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. A estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de governo será “c.gg.m.ee.dd”.
- II. O código da natureza de despesa orçamentária é composto por seis dígitos, desdobrado até o nível de elemento ou, opcionalmente, por oito, contemplando o desdobramento facultativo do elemento.
- III. A classificação da Reserva de Contingência, identificada com o código “9.9.99.99.99”, é passível de execução, servindo de fonte para abertura de créditos adicionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**70**

*Restos a Pagar* são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

Sobre *Restos a Pagar*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A continuidade dos estágios de execução das despesas inscritas em Restos a Pagar ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária global.
- (B) A inscrição de Restos a Pagar deve observar as disponibilidades financeiras para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- (C) A inscrição em Restos a Pagar Processados é devida quando se trata de um serviço que foi contratado e executado, mas que, em 31 de dezembro, ainda está em fase de verificação do direito pelo credor.
- (D) A inscrição em Restos a Pagar Não Processados é devida em caso de material entregue e aceito pelo contratante.
- (E) A inscrição em Restos a Pagar Não Processados pressupõe despesas que já foram empenhadas e liquidadas, pendentes de pagamento.



Realização

